
Jornalismo alternativo e abordagens de gênero: a cobertura dos direitos das mulheres e LGBT no *Brasil de Fato Paraná*¹

Nicolas Pedrollo RIBEIRO²

Karina Janz WOITOWICZ³

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

RESUMO:

O jornal *Brasil de Fato Paraná* é um veículo de abrangência estadual, de periodicidade semanal, com uma tiragem de 20 mil exemplares por edição, abrangendo 25 municípios paranaenses. Passando a circular numa edição local paranaense a partir de fevereiro de 2016, o *Brasil de Fato Paraná* segue as propostas editoriais de sua edição de circulação nacional e também de outras edições que circulam em outros estados do país. Vinculado a movimentos sociais e sindicatos, o jornal possui como objetivo dar voz a minorias e a movimentos sociais, o que inclui pautas sobre direitos das mulheres e LGBT. A pesquisa tem como objetivo analisar e sistematizar as reportagens do jornal desde a sua primeira edição até a última publicação do ano de 2017, totalizando 67 edições, e trazer, a partir desta análise, uma avaliação de como são realizadas as coberturas do *Brasil de Fato Paraná* relacionadas com o tema estudado.

PALAVRAS CHAVE: Jornalismo alternativo; imprensa paranaense; direitos das mulheres e LGBT; estudos de gênero.

Introdução

O jornal *Brasil de Fato Paraná* é um veículo ligado ao jornal homônimo de circulação nacional que segue as propostas de sua versão nacional. Conforme o site do *Brasil de Fato* (2018) o veículo surge a partir de demandas da sociedade, ligadas a movimentos sociais, e procura dar voz para estas camadas da sociedade. Circulando nacionalmente desde janeiro de 2003, o veículo passou a contar com edições regionais (estaduais) a partir de 2013 e em fevereiro de 2016 o jornal chega com uma versão local paranaense com a mesma visão e propostas da edição nacional e das versões regionais, porém com um enfoque no estado do Paraná.

Entre os grupos que de alguma forma ganham voz no *Brasil de Fato* – tanto nacional como local – estão as mulheres e os grupos LGBT, que acabam sendo inclusos

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante da 4ª série do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pesquisador do grupo Jornalismo e Gênero. E-mail: nicolaspribeiro@outlook.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: karinajw@gmail.com

em reportagens que tem como enfoque a defesa de seus direitos. Entre as principais fontes ouvidas pelo jornal nessas coberturas estão sindicatos, movimentos, assim como mulheres e LGBT's.

O principal objetivo deste trabalho é verificar o espaço dessas reportagens ligadas a questões de gênero no *Brasil de Fato Paraná* e, para isso, o estudo se propõe a olhar para fontes masculinas e femininas, quantidade de reportagens publicadas relacionadas a cada um dos grupos e também o espaço e relevância ocupados pelos conteúdos relacionados ao tema no jornal.

Comunicação Alternativa: histórico no Brasil e conceituação

A comunicação alternativa no Brasil, conforme Peruzzo (2008), ficou conhecida entre os anos 1960 e 1980 por caracterizar as mídias que se opunham ao regime militar. Para Peruzzo (2008), a época de surgimento da comunicação alternativa

Era uma época em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura. A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento (PERUZZO, 2008, p. 373).

Ainda de acordo com Peruzzo (2008), o termo 'comunicação alternativa' vem sendo retomado, mesmo após o fim do regime militar. Peruzzo (2008) conceitua e destaca que os meios alternativos

[...] tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares (PERUZZO, 2008, p. 368).

O conceito de que a comunicação alternativa surge de camadas populares, trazido por Peruzzo (2008), é reafirmado por Grinberg (1987), que afirma que “o meio não é em si o alternativo, (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, p. 20).

Com base na ideia de que a comunicação alternativa deve surgir de demandas de setores sociais, Grinberg (1987) conceitua esse tipo de comunicação como

[...] todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detém o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis desde o sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma opção frente ao discurso dominante (GRINBERG, 1987, p. 30).

Conforme Grinberg (1987), a comunicação alternativa é aquela que se diferencia das mídias massivas e comprometidas com o mercado e a política, porém essas mídias diferenciadas devem surgir a partir de grupos populares, fazendo frente aos meios dominantes. De acordo com o próprio *Brasil de Fato*⁴ (2018), o veículo surge a partir de movimentos sociais e suas demandas, indo ao encontro dos conceitos acima mencionados sobre mídia alternativa.

Jornalismo, direitos das mulheres e estereótipos femininos

Conforme aponta Basthi (2011), “a mídia tem como um dos maiores desafios superar os padrões normativos e os estereótipos sexistas, racistas e etnocêntricos que prevalecem em seus conteúdos” (BASTHI, 2011, p. 36), ou seja, os meios de comunicação em geral ainda usam um discurso que segue diversos estereótipos, inclusive em relação às mulheres e seus direitos. Para que haja uma melhor compreensão dos problemas relacionados aos estereótipos impostos às mulheres, é preciso entendê-los, e quanto a esses estereótipos Leal (2017) afirma que

Na cultura ocidental, as mulheres têm sido definidas, historicamente, como seres emocionais. Tanto os sentimentos quanto o gênero feminino são considerados, no senso comum, e em parte do pensamento científico, entidades naturais, portanto, caóticas, irracionais e potencialmente perigosas (LEAL, 2017, p. 193).

Com base nos conceitos de Leal (2017) é possível compreender que essas definições ligadas às mulheres também são reproduzidas na mídia conforme os seus

⁴ Disponível no site do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>

interesses. Leal (2017) diz que a sensibilidade é um dos grandes estereótipos impostos às mulheres em se tratando da cobertura midiática e ressalta que

[...] há, nos discursos midiáticos, um imperativo que conclama o manejo das emoções, para transformá-las em um tipo de capital. Nas novas configurações do trabalho, a sensibilidade é também exaltada como vantagem competitiva, desde que aplicada da maneira correta (LEAL, 2017, p. 197).

Além da sensibilidade há outros estereótipos que são relacionados às mulheres, como a emoção, por exemplo. De acordo com pesquisas realizadas por Silva (2014) em uma redação de televisão, o conceito de sensibilidade e emoção imposto às mulheres é um fator que está relacionado ao feminino. Silva (2014) afirma que

[...] a emoção é um valor cujo atributo é associado ao feminino. Isso me intrigava, uma vez que já havia identificado que, tanto no perfil do programa quanto das principais matérias, os atributos mais valorizados e de destaque eram masculinos (força, denúncia, impacto, ativo, “furo”, etc.) (SILVA, 2014, p. 243).

Como apontado por Silva (2014), a diferença e desigualdade entre gêneros não está apenas na forma como as mulheres são tratadas pela mídia, mas também dentro das redações. Silva (2014) afirma que na redação em que realizou sua pesquisa foi verificado que a grande maioria das pautas consideradas como de denúncia e impacto eram atribuídas a repórteres homens, enquanto as repórteres mulheres ficavam com as pautas mais caracterizadas como *soft*, ressaltando o estereótipo da fragilidade feminina.

Basthi (2011) afirma que um dos maiores problemas da mídia está relacionado com padrões normativos e sexistas e seus estereótipos. Basthi (2011) ressalta que

A mídia tem como um dos maiores desafios superar os padrões normativos e os estereótipos sexistas, racistas e etnocêntricos que prevalecem em seus conteúdos. Cabe ao Jornalismo – que reúne profissionais diferenciados para lidar cotidianamente com a realidade social e suas dinâmicas – contribuir para a desconstrução de crenças, costumes, valores e práticas que reforcem a estrutura social racista, sexista e etnocentrista (BASTHI, 2011, p. 36).

A superação de questões normativas e sexistas está além das reflexões sobre esses temas. Basthi (2011) afirma que

[...] adotar uma perspectiva de gênero significa também denunciar relações de poder desiguais no ambiente de trabalho que resultam em tratamento preferencial para os homens e/ou em práticas que submetem as mulheres ao assédio moral e/ou sexual nas redações (BASTHI, 2011, p. 36).

De acordo com Pougy (2010), ainda há muitas desigualdades de gênero, e a associação entre democracia e direitos humanos é um passo fundamental na construção de direitos humanos para as mulheres. Além disso, Pougy (2010) afirma que

A ampliação da cidadania está diretamente relacionada ao enfrentamento das desigualdades de gênero - fertilizadas pelas desigualdades sociais - enraizadas na sociedade e amplamente reproduzidas na família, no trabalho, na religião, enfim, em todos os campos constitutivos da vida social, como se fossem imutáveis (POUGY, 2011, p. 8).

Para Pougy (2011), um dos exemplos mais fatais é a violência de gênero, que muitas vezes causa a morte de mulheres. Porém esses crimes, mesmo que amplamente noticiados e até mesmo denunciados pelo Ministério Público, acabam por ter suas decisões tomadas de forma injusta.

As situações indecorosas elencadas envergonham a todas/os as/os brasileiras/os e têm outras particularidades: a tentativa de ruptura com seus assassinos, ademais do requinte de crueldade no planejamento e execução do crime, o que deveria qualificar o enquadramento legal com vistas à realização da justiça (POUGHY, 2011, p. 7).

Ainda conforme Pougy (2011), “a atenção às mulheres em situação de violência de gênero deve estar alicerçada ao conjunto de estratégias que levem a profundas transformações da situação de violação dos direitos humanos, nas quais se imiscuem as dimensões singulares e particulares” (POUGHY, 2011, p. 8), ou seja, levando em consideração as vivências sociais e histórias de vida dessas mulheres vítimas da violação de direitos humanos.

Conforme Basthi (2011), é possível que a mídia aprenda a trabalhar com questões que envolvam gênero e também questões raciais e etnocêntricas, e para as superar, é necessária a reflexão e também o tratamento igualitário entre os gêneros dentro do ambiente de trabalho. A proposta trazida pelo jornal *Brasil de Fato* e também

aplicada em sua edição de circulação local no Paraná, conforme o próprio veículo, procura atender às demandas de movimentos sociais e de minorias, sendo os direitos das mulheres e LGBT também enquadrados nessas demandas.

Homofobia: jornalismo e direitos LGBT

Além dos direitos das mulheres, o jornalismo também é um meio importante de visibilidade no que se refere aos direitos LGBT. De acordo com Melo, Brito e Maroja (2012) há um crescimento nas políticas públicas para a população LGBT nos últimos anos, e uma dessas grandes conquistas está ligada às normas que disciplinam o uso de nomes sociais por travestis e transexuais, porém ainda há uma deficiência de políticas públicas para essa parcela da população em outras áreas, principalmente no que se refere a legislações.

Em face da ausência de uma legislação federal que explicitamente assegure direitos civis para a população LGBT, o movimento social tem encontrado alternativas, ainda que parciais e de alcance limitado, recorrendo ao apoio de governadoras, prefeitas, secretarias de governo e gestoras públicas sensíveis às suas demandas (MELO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 411).

Conforme Leal e Carvalho (2009), o modo como a grande imprensa brasileira vem tratando os assuntos relacionados aos direitos e outros temas LGBT varia conforme a identidade de cada veículo e sua relação com o seu público.

Tendo em vista apenas a grande imprensa brasileira, a chamada “mídia de referência”, o conjunto de variáveis que regem o entendimento de noticiabilidade ou o tratamento de situações homofóbicas, por exemplo, vai desde a identidade do veículo, sua relação com o público-leitor e seu posicionamento político-ideológico, passando por aspectos “técnicos” e/ou circunstanciais, como a estrutura organizacional e a disponibilidade de espaço ou tempo, e chegando a atingir mesmo a leitura individual que cada jornalista, inserido na cadeia produtiva da notícia, faz dos eventos capturados pela rede noticiosa (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 2).

Para além dos temas LGBT, conforme Leal e Carvalho (2009), há um conflito nos jornais, que também por vezes se revela internamente, com diversos setores e instâncias da sociedade, como religiosas, instâncias de defesa dos direitos humanos,

partidos políticos, entre outros. Esse conflito gera uma disputa político-ideológica dentro dos próprios jornais.

Leal e Carvalho (2009) pontuam o termo “homofobia” como relativamente novo no Brasil, podendo conter diversos significados. De modo geral, os autores conceituam homofobia como uma “série de termos que marcam formas de discriminação, como racismo, sexismo, antissemitismo ou xenofobia. Em todos os casos, retira-se ou reduz-se a humanidade de um grupo de pessoas, recusando-se sua igualdade frente aos demais” (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 4).

De acordo com Leal e Carvalho (2009), os veículos jornalísticos são organizações que reproduzem a vida social, construindo a realidade e dialogando tanto com quem possui muito ou pouco poder, incluindo o Estado, a família e a Universidade. Os autores afirmam que os movimentos LGBT também buscam seu espaço no meio jornalístico:

É importante observar que parte da estratégia do movimento social LGBT vai na direção de produzir eventos que pautem os veículos jornalísticos, “exigindo” sua cobertura, como é o caso das Paradas de Orgulho LGBT e as manifestações do Dia Nacional de Combate à Homofobia e do Dia Internacional de Combate à Aids (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 7).

Levando em consideração as estratégias utilizadas pelos movimentos LGBT para ganhar visibilidade nos veículos jornalísticos, Leal e Carvalho (2009) afirmam que quando esses veículos tratam de temáticas relacionadas à homofobia e também a outros temas estão projetando um desenho da sociedade e que o silêncio sobre determinado tema também compõe um discurso.

Do mesmo modo, os silêncios sobre a homofobia, suas práticas e suas consequências compõem o universo dos “discursos” das mídias, à medida que não falar sobre um determinado tema não é simplesmente desconhecê-lo, mas resulta de uma escolha consciente, marcada, no mínimo, por “critérios de noticiabilidade”, nunca neutros, apesar de dotados de uma suposta racionalidade (LEAL, CARVALHO, 2009, p. 8).

Para Leal e Carvalho (2009), a compreensão da relação entre mídia e homofobia é o início de um esforço de observação das contradições e das diferenças para além das visões homogeneizadoras rápidas. Quanto ao posicionamento dos jornais em relação à homofobia, Leal e Carvalho (2009) ressaltam que este pode ser percebido a partir de uma leitura atenta dos discursos e suas variações e a observação de cada narrativa, sendo esta a melhor forma para interpretação dos assuntos relacionados à homofobia e suas abordagens.

Brasil de Fato Paraná: uma proposta democrática

O jornal *Brasil de Fato Paraná*, conforme sua própria autodenominação, se conceitua como um veículo que demanda de movimentos sociais e que reconhece o lugar do jornalismo nas lutas democráticas.

Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país (BRASIL DE FATO, 2017).⁵

Com base nesses aspectos e nos conceitos trazidos por Peruzzo (2008) e Grinberg (1987), o *Brasil de Fato Paraná* pode ser considerado um veículo de caráter alternativo, e a partir desta proposta é que esta pesquisa teve por objetivo mapear as coberturas relacionadas aos direitos das mulheres e direitos LGBT. O período analisado se inicia com a primeira edição do *Brasil de Fato* publicada no Paraná – que entrou em circulação no dia 4 de fevereiro de 2016 – até a última edição publicada no ano de 2017, que circulou no dia 21 de dezembro do mesmo ano.

Possuindo uma periodicidade semanal, foram analisadas um total de 67 edições do *Brasil de Fato Paraná*, sendo encontrado um total de 47 matérias que tem como tema principal direito das mulheres e LGBT, sendo que, destas 47 matérias, 30 correspondem a direitos das mulheres e 17 estão relacionadas a direitos LGBT. A pesquisa separou estas matérias por ‘Editorias’, ‘Fontes’, ‘Chamadas’ e ‘Formato’, sendo que as Editorias foram classificadas como ‘Editorial/Opinião’, ‘Geral’, ‘Cidades’, ‘Paraná’, ‘Cultura’, ‘Esportes’ e ‘Especial’.

⁵ Disponível no site do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>

As Fontes foram classificadas como ‘Especializadas’, ‘Populares’, ‘Movimentos Sociais’ e ‘Oficiais’. Em relação às chamadas encontradas na capa, estas foram classificadas como ‘Chamada principal’, ‘Chamadas com imagem’ e ‘Chamadas sem imagem’. Por último, os Formatos foram classificados como ‘Nota’, ‘Reportagem’, ‘Entrevista’ e ‘Perfil’.

Com base na metodologia descrita acima, das 30 matérias que envolvem direitos das mulheres, foram encontrados 5 textos no ‘Editorial/Opinião’, 8 matérias na editoria ‘Geral’, 3 na editoria ‘Cidades’, 1 na editoria ‘Paraná’, 5 em ‘Cultura’, 7 em ‘Esportes’ e uma matéria considerada como ‘Especial’. Em relação às fontes, foram encontradas um total de 6 fontes ‘especializadas’, 7 fontes ‘populares’, 13 de ‘movimentos sociais’ e 10 fontes ‘oficiais’. Quanto às chamadas, foram encontradas 11 ‘chamadas com foto’, 2 ‘chamadas sem foto’ e 2 ‘chamadas principais’. Por fim, em relação aos ‘formatos’, foram encontradas 7 matérias no formato ‘nota’, 5 no formato ‘perfil’, 14 no formato ‘reportagem’ e uma matéria que se classifica como ‘entrevista’.

De acordo com os dados analisados, pode-se perceber que a editoria com maior número de conteúdos de direitos das mulheres foi a ‘Geral’, sendo que dos 8 materiais encontrados nesta editoria, 6 são no formato ‘nota’, não possuindo fontes diretas ou identificadas. As outras duas matérias desta editoria estão no formato ‘Reportagem’, contendo fontes oficiais, populares e de movimentos sociais. As editorias que menos contabilizaram conteúdos foram duas que não são observadas em todas as edições do jornal, sendo elas ‘Paraná’ e ‘Especial’, com uma reportagem contabilizada em cada uma.

Em relação às fontes, foi observado que o número pode ser considerado baixo se comparado com o total de 30 reportagens, pois foram encontradas 36 fontes. Deste total, 12 são de ‘movimentos sociais’, 11 fontes ‘oficiais’, 9 ‘especializadas’, 4 fontes ‘populares’, 34 fontes femininas e 2 masculinas. Este número pode se justificar devido à grande quantia de matérias no formato ‘Nota’, sendo que este formato utiliza geralmente uma fonte. O formato ‘Editorial/Opinião’ não possui fontes e também colabora para o baixo número de pessoas e instituições ouvidas. Deve-se ressaltar que, de modo geral, as matérias não apresentam muitas fontes – um número que varia entre 1 e 2 fontes por material.

Uma das editorias que merece destaque na análise é a de ‘Esportes’, contendo 7 matérias. Conforme Romero (2004), “o esporte construiu e superenfatizou diferenças entre os sexos e a hierarquia. De forma análoga, a mídia construiu imagens entre homens e mulheres baseadas em definições tradicionais de feminilidade e masculinidade” (ROMERO, 2004, p. 107). Com base no conceito trazido por Romero (2004), pode-se concluir que há uma cobertura ampla relacionada a mulheres e seus direitos realizada pelo Brasil de Fato Paraná na editoria voltada aos esportes, podendo se observar que por vezes a matéria que tem como pauta o esporte feminino ganha mais destaque que os esportes masculinos. A matéria exemplificada na figura abaixo, além de ser a manchete da página de esportes e se tratar de uma modalidade feminina, representa um esporte pouco popular no Brasil, se comparado com o futebol de campo. O exemplo a seguir, retratado na Figura 1, ilustra esta observação.

Figura 1 – Reportagem da editoria de Esportes do Brasil de Fato Paraná



12 | Esportes Paraná, 27 de abril a 04 de maio de 2017 Brasil de Fato PR

O futebol americano feminino pede passagem

Curitiba Silverhawks busca apoio para representar, pela primeira vez, o PR em um torneio oficial

Por Mariana Franco Ramos, de Curitiba (PR)

Primeira equipe de futebol americano feminino independente do Paraná, o Curitiba Silverhawks se prepara para estreiar no Campeonato Brasileiro da modalidade, em julho. Serão, ao todo, seis times, de quatro Estados e mais o Distrito Federal, divididos em duas chaves. O torneio é gerido pelos próprios clubes, sem o envolvimento de uma confederação ou mesmo o apoio de um patrocinador master.

Talvez por isso, a etapa mais importante desse desafio tenha começado há alguns meses e não se restringe ao campo. Longe dos holofotes da NFL e com bem menos visibilidade que os homens, as mulheres buscam arrecadar fundos para custear as viagens, o aluguel do estádio e demais despesas, como garantia de atendimento médico e segurança. Assim, iniciaram uma campanha de financiamento coletivo e, entre um treino e outro (são três semanais), estão fazendo rifas e “pedágios solidários”.

“No nosso grupo estão times de Brasília (DF) e de Sinop (MT). Todos vão ter que fazer pelo menos uma viagem de dois mil quilômetros. Não tenho como levar essas meninas de ônibus, principalmente por causa do tempo - elas trabalham. Fiz um cálculo e, para Sinop, demoraria 27 horas de carro. Então, a gente tem que ir de avião e é difícil conseguir passagem por menos de R\$ 800”, explica a presidente, head coach e quarterback do Silverhawks, Ester Biss de Alercar.

O objetivo é arrecadar no mínimo R\$ 40 mil, sendo que R\$ 30 mil seriam usados para a viagem ao Mato Grosso. A equipe existe desde 2015 e conta hoje com 39 atletas ativas. Mas foi em 2017 que ela se “desprende” do Brown Spiders, passando a ser de fato um clube feminino.

Quem tiver interesse conhecer mais sobre o projeto e colaborar, acesse Curitiba Silverhawks no Facebook.

“Entre um treino e outro (são três semanais), as atletas fazem rifas e “pedágios solidários”

Em relação às pautas que envolvem direitos LGBT, foram encontradas 17 matérias nas 67 edições do *Brasil de Fato Paraná* analisadas. Nas editorias de ‘Esportes’, ‘Especial’ e no ‘Editorial/Opinião’ não foram encontrados conteúdos sobre direitos LGBT. Na editoria ‘Geral’ foram identificadas 5 matérias, na editoria ‘Cidades’ – editoria que mais possui conteúdos sobre o tema –, 1 na editoria ‘Paraná’ e 5 em ‘Cultura’. Em relação às fontes, foram encontradas um total de 4 fontes ‘especializadas’, 3 fontes ‘populares’, 7 de ‘movimentos sociais’ e 6 fontes ‘oficiais’. Do total de 20 fontes encontradas, 11 são masculinas e 9 femininas.

Quanto às chamadas, foram encontradas 4 ‘chamadas com foto’, 2 ‘chamadas sem foto’ e nenhuma ‘chamada principal’. Por fim, em se tratando dos ‘formatos’, foram encontradas 7 matérias no formato ‘nota’, 3 no formato ‘perfil’, 8 no formato ‘reportagem’ e nenhuma matéria que se classifica como ‘entrevista’.

De acordo com os dados analisados, pode-se perceber que a editoria com maior número de conteúdos de direitos LGBT foi a de ‘Cidades’, sendo que dos 5 materiais encontrados, 4 são no formato ‘nota’, não possuindo fontes diretas ou identificadas. As outras duas matérias desta editoria estão no formato ‘Reportagem’, contendo fontes oficiais, populares e de movimentos sociais.

Tratando-se das fontes, foi observado que este número também pode ser considerado baixo se comparado com as 17 reportagens de direitos LGBT, pois no total foram encontradas 20 fontes. Deste número, 7 fontes provêm de ‘movimentos sociais’, 5 de fontes ‘oficiais’ e ‘especializadas’, cada, e 3 fontes ‘populares’. Este número pode se justificar – do mesmo modo que as pautas de direitos das mulheres – devido à grande quantidade de matérias no formato ‘Nota’, considerando que este formato utiliza, na maioria dos textos, uma fonte. Mesmo com um baixo número de fontes, com base na análise, pode-se observar que o jornal procura priorizar as fontes providas de movimentos sociais, o que segue de acordo com a proposta editorial do veículo em questão.

Entre os fatores que podem se destacar na cobertura dos direitos LGBT pelo *Brasil de Fato Paraná* está a menor representatividade em relação às coberturas de direitos das mulheres, uma vez que foram encontradas 17 matérias que tratam de direitos LGBT e quase o dobro de matérias sobre direitos das mulheres. Em todas as categorias de análise as pautas relacionadas às mulheres se destacam e se sobressaem. Os temas LGBT também apresentam um menor espaço e uma menor visibilidade nas páginas internas e nas manchetes do jornal, conforme ilustra a Figura 2, abaixo.

Figura 2 – Reportagem sobre direitos LGBT em ‘Cidades’ no Brasil de Fato Paraná

4 | Colunas Paraná, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017 Brasil de Fato PR

PERFIL | Nicão, um guardião de sementes crioulas
Agricultor preserva diferentes espécies de plantas através de um banco de sementes

Norma Odara Lapa (PR)
“Cederleite Lapa, mãe de Nicão, possui 47 anos e é membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O agricultor está há 17 anos no Assentamento Semente Crioula, em Terra Rica, noroeste do Paraná.”

Após a participação na feira, Nicão, com 47 anos, é o responsável pelo banco de sementes crioulas. Ele faz parte de um grupo de agricultores que cultivam para produzir seu próprio alimento.

“Uma semente crioula evoluiu junto com os povos que a cultivaram para produzir seu próprio alimento. Tem a forma dela, o formato dela, o formato dela, o formato dela, o formato dela”, diz o agricultor, que destaca a importância de não depender de sementes produzidas por grandes empresas. Atualmente, ele está formando um banco de sementes crioulas, além de parcerias com a Universidade Estadual de Maringá para desenvolver pesquisas, promover cursos com outros agricultores e evitar que a produção se perca.

“Eu sempre criei a semente, mas não, não cultivar ela. Tem semente que perde a germinação com um ano, devido o calor, aí a gente perde algumas, mas recupera com um compensador”, conta Nicão.

Na 10ª Jornada de Agroecologia, o agricultor resgatou cinco espécies de sementes que estavam perdidas. Ele destaca a importância de atividades como essa, que contribuem na discussão e na continuidade da prática da agricultura familiar e do plano de alimentos saudáveis.

“É uma tradição, uma cultura dos nossos antepassados que germinou há um período com cada geração e a próxima geração tem a semente muito rápida. A terra vai muito na conta da mão, da moedor, então, do momento e o que você desenvolve que não é muito importante”, afirma.

Redação, Curitiba (PR)
“A decisão liminar do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, que abre caminho para a chamada ‘cura gay’, gera protestos em todo o Brasil. Em Curitiba, três manifestações foram marcadas nos próximos dias a partir de um dia após o anúncio do juiz.”

No dia 21, o Conselho Regional de Psicologia realizou uma vigília na Praça Malhada, convidando os manifestantes a levantar velas e escrever mensagens de apoio aos casais gays.

Com informações do site www.brasildefato.com.br

Curitiba tem protestos contra a chamada “cura gay”

de 500 pessoas no grande do Marista Oscar Niemeyer (MOM), uma sessão realizada no dia 21 de setembro. O ato foi realizado em frente à Justiça Federal, na terça-feira (20), quando a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestidas e Transexuais (ABGLT) protestou contra a decisão arbitrária.

Mário Moraes, secretário geral da ABGLT, lembra que a Organização Mundial da Saúde retirou a palavra homossexualidade do Código Internacional de Doenças em 1987. “Não há cura, na verdade, criando a presença de movimentos e coletivos que estão lutando contra a discriminação e a violência”, avalia.

Com informações do site www.brasildefato.com.br





Em uma comparação, tanto os conteúdos que tratam de direitos LGBT como os conteúdos que tratam de direitos das mulheres são tratados pelo viés dos movimentos sociais, o que pode ser notado pela abordagem das pautas e pela prevalência de fontes ligadas aos movimentos, em uma lógica diversa da mídia hegemônica, que costuma privilegiar fontes oficiais. Temas da política ocupam maior espaço no jornal, mas observa-se uma diversidade de conteúdos que representa diferentes tipos de movimentos, ainda que se possa atestar que as questões LGBT, por exemplo, apresentaram cobertura reduzida no *Brasil de Fato Paraná*, se comparada à presença de outras demandas de grupos minoritários.

Leal e Carvalho (2009) afirmam que a mídia tende a silenciar temas que envolvem homofobia e direitos LGBT, fingindo não os conhecer, e mesmo tratando sobre pautas de direitos LGBT. Pode-se dizer que, contrariando esta tendência à invisibilidade, o *Brasil de Fato Paraná* publicou textos sobre estas questões em cerca de um quarto das edições. E, sobre demandas das mulheres, a abordagem foi ainda mais significativa, com pautas que destacam protagonismo feminino e luta por direitos.

Conclusão

Levando em conta a proposta do *Brasil de Fato Paraná*, que possui um caráter alternativo e propõe atender às demandas dos movimentos sociais, o jornal apresenta conteúdo que privilegia temáticas voltadas a política e economia, conferindo visibilidade às lutas de trabalhadores e determinados movimentos de caráter classista.

No total, são poucas matérias que tratam de direitos das Mulheres e LGBT, mas pode-se dizer que as questões de gênero estão representadas em cerca de metade das edições. São poucas as edições que contemplam um assunto relacionado a esses direitos na capa, como chamada principal, sendo encontrada durante a análise apenas uma chamada principal relacionada a direitos das mulheres e nenhuma relacionada a direitos LGBT. O diferencial de cobertura, contudo, não se revela em termos quantitativos, mas na proposição de pautas anguladas na perspectiva de defesa dos direitos das minorias, seja em caráter de denúncia, visibilidade a atos e mobilizações ou reivindicações sociais.

Assim, apesar do número de matérias e de fontes serem relativamente baixos, considera-se que o jornal consegue cumprir sua proposta, incluindo em suas páginas temas e fontes que provêm de coletivos e movimentos sociais, mesmo que por vezes essas matérias sejam apresentadas em notas ou reportagens que possuem menos destaque no jornal.

Referências

- BASTHI, Angélica. **Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia**. Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- GRIBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? Brasília: **E-Compós**, 2009.
- LEAL, Tatiane. A mulher emocional: potências e riscos da feminilidade no discurso jornalístico. São Paulo: **Rumores**, 2017.
- MELO, Luiz; BRITO Walders; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Campinas: **Pagu**, 2012.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. Bogotá: **Palabra Clabe**, 2008.
- POUGY, Lília Guimarães. Direitos humanos, democracia e políticas públicas com recorte de gênero. Florianópolis: **Fazendo Gênero 9**, 2010.
- ROMERO, Elaine. **A hierarquia de gênero no jornalismo esportivo**. São Paulo: III Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte, 2004.
- SILVA, Marcia Veiga de. **Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.